

# Paranaguá Saneamento S.A.

CNPJ/ME: 01.691.945/0001-60

## Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	92.497	124.625
Contas a receber e outros recebíveis	5	8.056	8.984
Impostos e contribuições a recuperar		2.077	999
Outros ativos		2.883	1.754
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>105.513</b>	<b>136.362</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Impostos e contribuições a recuperar		301	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	22.554	14.280
Outros ativos		988	968
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>23.843</b>	<b>15.248</b>
Imobilizado		863	1.507
Ativos de direito de uso		262	1.195
Intangível e ativo de contrato	6	348.442	313.701
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>373.410</b>	<b>331.651</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>478.923</b>	<b>468.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	128.601	128.601
Custo dos serviços prestados	16	(84.226)	(87.340)
<b>Lucro bruto</b>		<b>44.375</b>	<b>41.261</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas comerciais, administrativas e gerais	16	(20.785)	(17.366)
Outras receitas líquidas		9	219
		(20.776)	(17.147)
<b>Lucro antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>23.599</b>	<b>24.114</b>
Receitas financeiras	17	13.276	5.905
Despesas financeiras	17	(61.550)	(25.141)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(48.274)</b>	<b>(19.236)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(24.675)</b>	<b>4.878</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(4)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	8.274	(1.797)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(16.405)</b>	<b>3.081</b>
<b>Resultado por ação - básico (em Reais)</b>		<b>(0,580993)</b>	<b>0,109115</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

**1. Informações sobre a Companhia - 1.1. Operações gerais:** A Paranaguá Saneamento S.A. "Companhia", está localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2023. **1.2. Contexto operacional:** A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos. A Companhia iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Igua Saneamento S.A., juntamente com o Contrato de Subconcessão. Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a Companhia vai operar o sistema até 2045. **1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19:** Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o segundo ano pós impactos trazidos pela pandemia do Covid-19, os seus efeitos financeiros e econômicos ainda continuam apesar de gradualmente em declínio. Embora de alguma forma não ter sofrido alterações, eventuais mudanças adicionais nas estimativas podem refletir na mensuração dos ativos e passivos podendo ser necessárias. A Companhia avaliou e considera que não ocorreram impactos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**2. Políticas contábeis: 2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Mensuração ao valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.3. Receita de contrato com cliente - a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. b) Contratos de concessão de serviços e construção: A receita de construção é reco-

nhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. c) **Receita de serviços de operação:** A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho. A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera. **2.4. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Juros sobre conta a receber de clientes, aplicações financeiras e impostos a recuperar; • Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; • Despesas com debêntures de partes relacionadas; • Outras receitas e despesas financeiras. As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **2.5. Tributos - a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não compensados possam ser utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. c) **Tributos sobre a venda:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. **2.6. Distribuição de lucros:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido. No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração:** A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um

Demonstração dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
	Nota	2022	2021	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				
Ajustes para:				
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16	2.084	(2.088)	
Depreciação e amortização	6	13.340	12.172	
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		(81)	-	
Provisão (reversão) para perdas com causas judiciais	10	161	(222)	
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	17	(2.076)	(1.635)	
Juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	17	57.752	23.615	
<b>Variações em:</b>		<b>46.505</b>	<b>36.720</b>	
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	5	(118)	82	
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar		(1.379)	379	
Aumento em outros ativos		(1.149)	(132)	
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	7	1.027	(1.731)	
Aumento em outras obrigações		403	776	
Aumento em obrigações fiscais		576	456	
<b>Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis</b>		<b>1.038</b>	<b>818</b>	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4)	-	
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	8 b	(17.320)	(16.291)	
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>29.579</b>	<b>21.077</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de ativo imobilizado		-	(376)	
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	6	(47.107)	(25.347)	
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(47.107)</b>	<b>(25.723)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Debêntures e partes relacionadas tomadas	8 b	20.000	40.000	
Custo de transação na emissão de debêntures	8 b	-	(228)	
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	8 b	(34.600)	(18.139)	
<b>Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos</b>		<b>(14.600)</b>	<b>21.633</b>	
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(32.128)</b>	<b>16.987</b>	
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	124.625	107.638	
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	4	<b>92.497</b>	<b>124.625</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. b) **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benefitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.8. Intangível - a) Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). b) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. c) **Amortização:** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.9. Ativos de contrato:** Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma Companhia deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a Companhia reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro. **2.10. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia. a) **Ativos financeiros - i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.3 - Receita de contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. ii) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujei-



(\*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões. **iii) Outorga de concessão:** Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

**Operação com concessão**

Prazo final da concessão	Prazo remanescente em anos	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Paranaquá Saneamento S.A. 2045	23	39.549	39.549
Amortização acumulada		(14.824)	(13.733)
<b>Total líquido</b>		<b>24.725</b>	<b>25.816</b>

b) **Amortização:** O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras. c) **Teste por redução ao valor recuperável:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 22-26 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2021. O valor recuperável dos ativos intangíveis foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: • **Receitas** - as receitas foram projetadas entre 2023 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio da Companhia. • **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia. • **Taxa de desconto** - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 9%. As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. A Companhia não apresentou necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

	Nota	2022	2021
<b>7. Fornecedores e outras contas a pagar</b>			
Fornecedores diversos		8.025	6.542
Operações mensais - partes relacionadas	18	507	424
Outras contas a pagar		642	1.181
		<b>9.174</b>	<b>8.147</b>
Circulante		8.750	7.723
Não circulante		424	424
<b>Total</b>		<b>9.174</b>	<b>8.147</b>

	Nota	2022	2021
<b>8. Empréstimos e financiamentos</b>			
<b>Linha de Crédito</b>			
Financiamento BNDES – partes relacionadas	18	TJLP	11,00
Mútuos - partes relacionadas	18	CDI	16,39
(-) Custo de transação			
Circulante		1.549	2.059
Não circulante		146.347	131.172
<b>Total</b>		<b>147.896</b>	<b>133.231</b>

(\*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento. O financiamento junto ao BNDES é garantido por fiança bancária.

a) **Termos e cronograma de amortização da dívida**

	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
<b>31 de dezembro de 2022</b>				
Financiamento BNDES – partes relacionadas (*)	144.931	1.560	1.420	-
Mútuos - partes relacionadas	144.931	-	144.931	-
<b>Total</b>	<b>147.911</b>	<b>1.560</b>	<b>146.351</b>	<b>-</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>				
Financiamento BNDES - partes relacionadas (*)	5.024	2.076	1.538	1.410
Mútuos - partes relacionadas	128.239	-	-	128.239
<b>Total</b>	<b>133.263</b>	<b>2.076</b>	<b>1.538</b>	<b>129.649</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b) **Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrente de atividade de financiamento**

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Debêntures	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>126.641</b>	<b>1.499</b>	<b>257.639</b>	<b>385.779</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>				
Emissão de debêntures	-	-	40.000	40.000
Custo de transação na emissão de debêntures	-	-	(228)	(228)
Amortização de principal	(3.106)	(245)	(14.788)	(18.139)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(3.106)</b>	<b>(245)</b>	<b>24.984</b>	<b>21.633</b>
<b>Outras variações</b>				
Custo de transação	23	-	482	505
Juros capitalizados (*)	-	-	31.239	31.239
Custo de transação capitalizados (*)	-	-	1.297	1.297
Provisão de juros	10.108	133	12.869	23.110
Pagamento de juros	(435)	(133)	(15.723)	(16.291)
<b>Total de outras variações</b>	<b>9.696</b>	<b>-</b>	<b>30.164</b>	<b>39.860</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>133.231</b>	<b>1.254</b>	<b>312.787</b>	<b>447.272</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>				
Emissão de debêntures	-	-	20.000	20.000
Amortização de principal	(2.065)	(305)	(32.230)	(34.600)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(2.065)</b>	<b>(305)</b>	<b>(12.230)</b>	<b>(14.600)</b>
<b>Outras variações</b>				
Arrendamento	-	393	-	393
Baixa de arrendamento	-	(1.077)	-	(1.077)
Provisão de juros	17.030	84	40.638	57.752
Pagamento de juros	(300)	(84)	(16.936)	(17.320)
<b>Total de outras variações</b>	<b>16.730</b>	<b>(684)</b>	<b>23.702</b>	<b>39.748</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>147.896</b>	<b>265</b>	<b>324.259</b>	<b>472.420</b>

(\*) Juros e custo de transação capitalizados sobre as debêntures, nota explicativa 9. c) **Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

**9. Debêntures**

	Juros médios	Indexador	a.a. (%) (*)	Vencimento	2022	2021
Debêntures 2ª emissão	IPCA	11,89		2030	271.709	289.020
Debêntures 3ª emissão	CDI	16,39		2023	46.905	40.141
Debêntures 4ª emissão	CDI	16,39		2024	20.093	-
					338.707	329.161
(-) Custo de transação				2030	(14.448)	(16.374)
Circulante					85.335	37.154
Não circulante					238.924	275.633
<b>Total</b>					<b>324.259</b>	<b>312.787</b>

**Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** O índice financeiro utilizado é a dívida líquida sobre o EBITDA ajustado verificado com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo: Deverá ser inferior ou igual (a) 4,75x durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021; (b) 3,75x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (c) 3,50x de 31 de dezembro de 2024 até o final da vigência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas. As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 91
<b>31 de dezembro de 2022</b>							
Debêntures (*)	338.707	87.261	53.144	33.050	33.050	33.050	99.152
<b>31 de dezembro de 2021</b>							
Debêntures (*)	329.161	39.080	71.384	31.243	31.243	31.243	124.968

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. **Cronograma de amortização do custo de transação:** A seguir é apresentado o montante de custos de transação das debêntures, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 91
<b>31 de dezembro de 2022</b>							
(-) Custo de transação	14.448	1.926	1.926	1.926	1.926	1.926	4.818
<b>31 de dezembro de 2021</b>							
(-) Custo de transação	16.374	1.926	1.926	1.926	1.926	1.926	6.744

**10. Provisão para perdas com causas judiciais:** A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos. A Companhia considera existir riscos classificados como prováveis. A movimentação é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
<b>Saldo em 1º janeiro de 2021</b>	<b>56</b>	<b>726</b>	<b>16</b>	<b>798</b>
Adições	10	155	-	165
Baixas/reversões	(54)	(333)	-	(387)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>12</b>	<b>548</b>	<b>16</b>	<b>576</b>
Adições	142	370	-	512
Baixas/reversões	(1)	(350)	-	(351)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>153</b>	<b>568</b>	<b>16</b>	<b>737</b>

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$15.868 em 31 de dezembro de 2022 (R\$15.825 em 31 de dezembro de 2021). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização. Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível: Existe um processo estimado em R\$10.000. Trata-se de ação civil pública inicialmente ajuizada contra o município de Paranaquá, a agência reguladora municipal (CAGEPAR) e a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, com pedido de condenação à reparação civil por supostos danos ambientais e pagamento de dano moral coletivo. Os autores iniciais abandonaram extraoficialmente a causa e a União Federal, o Ministério Público Federal e Estadual assumiram a condução do processo. Houve a produção de laudo pericial ambiental favorável à concessionária, cuja autoria foi impugnada pela União Federal em razão de suspeição do perito judicial, o que motivou a suspensão da ação civil pública. Exceção de Suspeição foi julgada improcedente, em razão da preclusão quanto à questão e consequente intempestividade da exceção de suspeição. Foi concedido novo prazo para a apresentação de alegações finais, em razão do longo tempo de suspensão dos autos.

**11. Capital social - a) Capital social:** O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.236 (R\$28.236 em 31 de dezembro de 2021), representado por 28.236.154 ações ordinárias, (28.236.154 em 31 de dezembro de 2021), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2022	2021
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) **Reservas de lucros - Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados. **Reserva de retenção de lucros:** É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas. c) **Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

**12. Gerenciamento do capital:** A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
Total do passivo	487.100	459.785
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(92.497)	(124.625)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	394.603	335.160
Total do patrimônio líquido (B)	(8.177)	8.228
<b>Índice de alavancagem (A/B)</b>	<b>(48,26)</b>	<b>40,73</b>

**13. Instrumentos financeiros - a) Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 91 meses
<b>31 de dezembro de 2022</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	9.174	9.174	8.750	424	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	147.911	191.161	1.825	189.336	-	-	-	-
Debêntures (*)	338.707	498.130	104.487	77.516	50.978	51.849	52.445	160.855
<b>Total</b>	<b>495.792</b>	<b>698.465</b>	<b>115.062</b>	<b>267.276</b>	<b>50.978</b>	<b>51.849</b>	<b>52.445</b>	<b>160.855</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	8.147	8.147	7.723	424	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	133.263	167.187	2.491	1.770	162.926	-	-	-
Debêntures (*)	329.161	505.134	48.649	102.146	49.162	49.823	50.376	204.978
<b>Total</b>	<b>470.571</b>	<b>680.468</b>	<b>58.863</b>	<b>104.340</b>	<b>212.088</b>	<b>49.823</b>	<b>50.376</b>	<b>204.978</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. **iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** As operações da Companhia estão expostas a

**Perfil:** Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2022	2021
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	91.681	120.776
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e financiamentos (*)	8	147.911	5.024
Debêntures (*)	9	338.707	329.161
<b>Total</b>		<b>486.618</b>	<b>334.185</b>

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas**

	Cenários			
	Apreciação das taxas			
	Varição do índice em 25%	Varição do índice em 50%	Varição do índice em 25%	Varição do índice em 50%
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras	%	%	%	%
Total	12,81	16,01	19,22	17,621
<b>Passivos financeiros</b>				
Financiamento BNDES – partes relacionadas	7,20	(215)	9,00	(268)
Empréstimos - mútuo	12,39	(17.957)	15,49	(22.450)
Debêntures 2ª emissão	5,79	(15.732)	7,24	(19.672)
Debêntures 3ª e 4ª emissão	12,39	(8.301)	15,49	(10.378)
<b>Total</b>	<b>(486.618)</b>	<b>(52.768)</b>	<b>(63.332)</b>	<b>(31.643)</b>
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>	<b>(394.937)</b>	<b>(38.090)</b>	<b>(45.711)</b>	<b>(22.832)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>				
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)				
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa				
Arrendamentos				
Provisão para perdas com causas judiciais				
Outras provisões				
Custo de transação de empréstimos				
Intangível líquido - contratos de concessão				
Direitos a faturar				
Juros capitalizados				
Ágio sobre aquisições				
<b>Total líquido</b>				

v) **Risco de preço:** A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

**14. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	40.269	33.154	-	-	7.115	9.649
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.645	2.904	-			

(\*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **(a)** Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

#### Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

	2022	2021
Resultado do exercício antes dos impostos	(24.675)	4.878
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	8.390	(1.659)

#### Ajuste do imposto de renda e contribuição social

Despesas não dedutíveis	(117)	(138)
Outras	(3)	-
Imposto corrente	(4)	-
Imposto diferido	8.274	(1.797)
Alíquota efetiva	(34%)	(37%)

**Cronograma de realização:** As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia objetivando a geração de lucro tributário realiza ações através da efetiva redução de custos operacionais e administrativos, os aumentos tarifários contratuais e o aumento das receitas através de planos de investimentos para atendimento aos contratos de concessão. Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

	2022	2021
Realização do imposto de renda diferido do ativo	(786)	(786)
2023	(3.932)	(3.932)
2024	(5.382)	(5.382)
2025	(5.910)	(5.910)
2026	(5.670)	(5.670)
2027	(14.723)	(14.723)
2028	(22.627)	(22.627)
<b>Total</b>	<b>(44.307)</b>	<b>(36.403)</b>

#### 15. Receita operacional líquida

	2022	2021
Água	59.694	51.813
Esgoto	31.477	27.243
Construção	47.045	57.882
Serviços	1.732	2.038
Abatimentos e cancelamentos	(2.955)	(2.938)
Impostos sobre serviços	(8.392)	(7.437)
<b>Total</b>	<b>128.601</b>	<b>128.601</b>

#### 16. Custos e despesas Natureza dos custos e despesas

	2022	2021
Custo de construção	(47.045)	(57.882)
Depreciação e amortização	(13.340)	(12.172)
Serviços de terceiros	(12.223)	(9.032)
Pessoal	(16.385)	(16.254)
Outorga e taxas de fiscalização	(3.474)	(3.062)
Energia elétrica	(4.050)	(4.129)
Materiais	(4.136)	(2.868)
Reversão (provisão) das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.084)	2.088
Outros custos e despesas	(2.274)	(1.395)
<b>Total</b>	<b>(105.011)</b>	<b>(104.706)</b>
Custo dos serviços prestados	(84.226)	(87.340)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(20.785)	(17.366)

#### 17. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre contas a receber de clientes	2.076	1.635
Juros de aplicações financeiras	11.056	4.127
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	63	39
Descontos obtidos	-	35
Outras receitas financeiras	81	69
<b>Total</b>	<b>13.276</b>	<b>5.905</b>

#### Despesas financeiras

Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures	(34.203)	(13.793)
Despesas de operações com partes relacionadas	(23.549)	(9.822)
Juros sobre atualização de impostos a recolher	-	(87)
Comissões e despesas bancárias	(754)	(601)
Outras despesas financeiras	(3.044)	(838)
<b>Total</b>	<b>(61.550)</b>	<b>(25.141)</b>

**Despesas financeiras líquidas**  
**18. Partes relacionadas - a) Controladora :** A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A. b) **Remuneração de pessoal-chave da Administração:** Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2022	2021
Remuneração da diretoria	491	749
Participação nos lucros e resultados	517	425
Encargos Sociais	188	235
Benefícios diretos e indiretos	83	40
<b>Total</b>	<b>1.279</b>	<b>1.449</b>

c) **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, bem como as transações que influenciaram os re-

sultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo	Passivo	Resultado	
	2022	2022	2021	2022
				2021
	(Nota 5)	(Nota 7, 8 e 9)	(Nota 7, 8 e 9)	
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	(2.755)
Reparos de recursos e custos - CSC	(b)	1	424	(11)
Locação de Equipamentos	(c)	-	83	(83)
Mútuo	(d)	-	144.931	128.239
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(e)	-	2.980	5.024
Debêntures	(f)	-	66.998	40.141
Circulante		1	48.465	2.076
Não circulante		-	166.951	171.752
<b>Total</b>		<b>1</b>	<b>215.416</b>	<b>173.828</b>
				<b>(26.718)</b>
				<b>(14.002)</b>

a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço. b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. c) Refere-se a locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.IA Medição Inteligente S.A. d) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros fixos de 8% ao ano. e) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 8. f) Refere-se a debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 22 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 40.000 com vencimento em 22 de dezembro de 2023 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas diárias dos DI e debêntures emitidas em 21 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 20.000 com vencimento em 22 de dezembro de 2024 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas diárias dos DI.

**19. Seguros:** A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

**20. Compromissos a) Decorrente do direito de outorga variável:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a uma percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente correspondente a 5% da receita líquida. Em 31 de dezembro de 2022 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$434 (R\$383 em 31 de dezembro de 2021) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados. b) **Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão:** A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

#### Contador

**Fabício dos Santos Teixeira**  
CRC/SP nº 1SP347408/O-9

#### Composição da Diretoria

**Mayckel Seiffert da Costa Pereira**

**Wagner Antonio de Souza Junior**

#### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Os administradores e acionistas da **Paranaguá Saneamento S.A.** - Paranaguá - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Capitalização de gastos no ativo intangível:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante consolidado de R\$ 244.084 mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na

infraestrutura estão divulgados na Nota 6. O monitoramento desse assunto foi considerado significativamente para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura da concessão, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e consequentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos; e (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuá-

os tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023.

**ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda.**  
CRC-SP034519/O

**Lazaro Angelim Serruya - Contador CRC-DF015801/O**

## PARANAGUA BALANÇO 2022 - DIGITAL pdf

Código do documento 5539e8f0-c2d4-400b-9720-b8280727f875



### Assinaturas



FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126  
Certificado Digital  
comercial@folhadolitoral.com.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 06 Apr 2023, 16:46:25

Documento 5539e8f0-c2d4-400b-9720-b8280727f875 **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-06T16:46:25-03:00

#### 06 Apr 2023, 16:46:45

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-06T16:46:45-03:00

#### 06 Apr 2023, 16:47:00

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126

**Assinou** Email: comercial@folhadolitoral.com.br. IP: 168.181.49.210

(210.49.181.168.rfc6598.dynamic.copelfibra.com.br porta: 36368). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126. - DATE\_ATOM: 2023-04-06T16:47:00-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):629d85ec9b14118356a2159d8d3027534ed20928899e70c1bcfc494591ffe33c

(SHA512):b29656da09090a95b1a9b07ef20816b15a7bd94dd8f68dfd832e988a4a1473f05a09cd8dac315227c708dc51740946cad866999442d30b2567f18cd53775fe25

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**